

TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS NA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003 EM SALVADOR: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA ALMANAQUE VIRAMUNDO DA TV ANÍSIO TEIXEIRA – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Joalva Menezes de Moraes*

Resumo: A pesquisa, apresentada como resultado final do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, da Universidade Católica do Salvador, tem como tema as tecnologias educacionais produzidas pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia como recurso pedagógico para implementação da Lei 10.639/2003, em Salvador. Essa Lei obriga o ensino da história e cultura da África e dos afrodescendentes, nas escolas brasileiras. Seu objeto diz respeito a quadros que integram doze episódios do programa da TV Anísio Teixeira/Instituto Anísio Teixeira, Almanaque Viramundo, relacionados diretamente, com a questão defendida pela Lei. Essa análise responde às seguintes questões: Em que medida a programação da TV Anísio Teixeira está atendendo à Lei 10.639/2003? Como esse recurso foi recebido pela comunidade da escola estudada, tanto como recurso pedagógico, quanto no que se refere ao cumprimento daquela legislação? Para tanto, os caminhos metodológicos corresponderam à pesquisa biográfica e documental; análise do discurso de seis quadros das doze edições do programa Almanaque Viramundo; grupo focal com professores, estudantes, servidores e representantes do corpo diretivo do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, localizado no bairro de Itapuã, em Salvador. Dessa forma, verificou-se a pertinência do material audiovisual analisado no que tange ao desencadeamento de uma reflexão acerca de temas sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira; e investigou-se a recepção dele junto ao público alvo daquele colégio.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Lei 10.639/2003. Educação para as Relações Étnico-raciais. Tecnologias Educacionais. Almanaque Viramundo.

1. INTRODUÇÃO

A problemática étnico-racial no Brasil inicia-se com a sua colonização. Portugueses, indígenas e africanos escravizados passaram a conviver, cada um dentro do status que lhe foi conferido pelos grupos hegemônicos. O povo negro sempre resistiu à condição de escravo, desde os quilombos ao movimento ativista dos anos de 1970 e 1980. Questões de discriminação e desigualdades não são novidades e estão presentes no cotidiano da sociedade brasileira. Existe uma luta promovida por entidades da sociedade civil e hoje também governamental que busca o respeito à diversidade étnica, de sexo, de religião, de orientação sexual, além de discutir mecanismos que influam na definição de oportunidades para inserção

* Mestra em Políticas Sociais e Cidadania, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Salvador, Especialista em Psicologia da Educação, Professora de Língua Portuguesa e Jornalista.

no mercado de trabalho, progressão na carreira, desempenho educacional, acesso ao ensino superior e participação na vida política de maneira igualitária.

A partir da década de 1980, com a retomada dos movimentos sociais e da Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, de Durban, em 2001, o governo brasileiro passou a formular políticas que diminuíssem os danos causados por décadas de direitos sociais negados aos afrodescendentes.

Sabe-se que iniciativas as quais objetivam a luta pela dignidade dos afrodescendentes vêm sendo aplicadas pelo terceiro setor, através de Organizações Não-Governamentais, e estão obtendo sucesso, principalmente no que se refere à inserção de jovens no ensino superior. Já o Estado vem, desde a década de 1990, tentando emplacar as Ações Afirmativas como forma de reparar o que foi suprimido tempos atrás àquelas pessoas que foram trazidas da África e aos seus descendentes.

A militância afrodescendente brasileira é unânime em garantir que a Lei 10.639/2003 constituiu-se uma grande vitória. A sancionada, em 2003, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura da África e afro-brasileira. Essa legislação possui caráter estruturante, não se trata, apenas, de oportunizar aos afrodescendentes vagas em universidades públicas. Essa legislação atende a uma necessidade muito mais ampla: a exigência de uma educação inclusiva, plural e antidiscriminatória.

Nesse sentido, as questões que delimitaram essa pesquisa foram as seguintes Em que medida a programação da TV Anísio Teixeira está atendendo à Lei 10.639/2003? Como esse recurso foi recebido pela comunidade do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, em Salvador, Bahia, tanto como recurso pedagógico, quanto no que se refere ao cumprimento dessa Lei?

Para buscar responder a essas questões, a pesquisa visou analisar do discurso de recursos audiovisuais educativos produzidos pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, através do Instituto Anísio Teixeira - IAT. Assim, foram analisados quadros que compõem as 12 edições do programa *Almanaque Viramundo*, realizado pela TV Anísio Teixeira, com o objetivo de verificar, em que medida, esse material didático- pedagógico atende à Lei 10.639/2003.

Munanga (2005) demonstra a necessidade da tomada de consciência por parte dos atores envolvidos com a educação enfatizando que os instrumentos de trabalho usados na escola, como livros, materiais didáticos visuais e audiovisuais estão impregnados de conteúdos “viciados, depreciativos e preconceituoso em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental” (MUNANGA, 2005, p. 15). Diante disso, concluiu-se que recursos didáticos inovadores são mais que necessários para reverter esse panorama educacional. Seria o programa *Almanaque Viramundo* um desses recursos didáticos inovadores?

A TV Anísio Teixeira é um veículo de comunicação para fins públicos (educacionais e pedagógicos), consiste numa iniciativa do Instituto Anísio Teixeira - IAT / Secretaria da Educação do Estado da Bahia - SEC, e possui como missão: “conceber, produzir e avaliar conteúdos educacionais em formato audiovisual, através de pesquisa e experimentação estético-pedagógicas, contemplando a diversidade sociocultural do Estado da Bahia” (IAT/SEC, 2010). Ainda de acordo com esse documento, a programação da TV Anísio Teixeira objetiva:

- Ampliar a noção de espaço educativo, conhecimento, saberes e a percepção da realidade de educadores e educandos;
- Veicular programas que auxiliem o conteúdo curricular da escola;
- Estabelecer pontes entre o ensino superior e o ensino básico;
- Atuar em prol da formação inicial e continuada dos profissionais da Educação, como instrumento de EAD;
- Popularizar o acesso ao conhecimento científico na comunidade escolar;
- Defender a diversidade (étnico-racial, religiosa e sexual) e os direitos humanos;
- Auxiliar na erradicação do analfabetismo;
- Interrelacionar formas de conhecimento e conteúdos de diferentes disciplinas;
- Auxiliar na divulgação de valores artístico-culturais e de espaços.

A partir dessas perspectivas, foram analisados, nesse trabalho, os conteúdos do programa *Almanaque Viramundo*, no que se refere à aplicação da Lei 10.639/2003. O audiovisual passou a ser um recurso pedagógico viável nas escolas públicas estaduais, visto que, desde 2009, todas as salas de aula passaram a ter a TV Pendrive, equipamento que serve de suporte para a prática didático-pedagógica. O programa *Almanaque Viramundo* foi o piloto

da TV Anísio Teixeira, resultado da capacitação para a linguagem audiovisual, da equipe pedagógica que compõe esse veículo, configurando-se num produto com diversos quadros, atendendo aos princípios da interdisciplinaridade, ou seja, contemplando temas que podem ser desenvolvidos por professores das mais variadas disciplinas do currículo escolar.

Além da análise do discurso, sob o ponto de vista linguístico, usando como referência as teorias de Bakhtin e de Foucault, de seis quadros do Almanaque Viramundo, que possuem relação direta com a história e cultura da África e dos afrodescendentes, também houve uma consulta a professores, estudantes, servidores, coordenadores pedagógicos, ou seja, à comunidade escolar, de uma escola pública a fim de avaliar a receptividade desse conteúdo, no que se refere ao cumprimento da Lei em questão. Optou-se pelo Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior para verificação do alcance desse recurso didático uma vez que esse estabelecimento foi pioneiro na temática quando inseriu, em 1986, a disciplina Introdução aos Estudos Africanos, na parte diversificada de seu currículo escolar. Além de ser um local onde a pesquisadora possui livre acesso por já ter feito parte do seu corpo docente.

A fim de realizarmos essa pesquisa, visitamos estudiosos que tratam de temas relacionados com as seguintes questões: Políticas Públicas e sua avaliação; Educação para as Relações Étnico-Raciais; Tecnologias Educacionais, a Linguagem Audiovisual e sua relação com a educação.

2. AVALIANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

Sendo a Lei 10.639/2003 uma política pública, acreditamos ser relevante a explanação sobre essa ação do poder público. Para Saraiva (2006), o conceito de política pública diz respeito a um conjunto de decisões por parte do poder público “que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social”. Isso deve ocorrer por intermédio “de definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos” (SARAIVA, 2006, p.: 29).

As políticas públicas, segundo Vargas (1992), referem-se a um conjunto de sucessivas respostas do Estado diante de situações que são consideradas problemas sociais.

Apresenta como atores das políticas públicas, os políticos (partidos e movimentos) e as instituições sociais (movimentos sociais, organizações, grêmios) (VARGAS, 1992, p. 37).

Não basta implantar uma política pública e social, é imprescindível que sua aplicação seja acompanhada e seus resultados avaliados. Não adianta o poder público sancionar uma Lei, como a 10.639/2003, e esta não ser bem aplicada nas escolas ou que seus professores não sejam capacitados para essa aplicação. Essas ações precisam ser acompanhadas, analisadas, avaliadas para que seja possível uma revisão ou reestruturação, se for percebida essa necessidade.

“Avaliar é fixar o valor de uma coisa; para ser feita se requer um procedimento mediante o qual se compara aquilo a ser avaliado com um critério ou padrão” (FRANCO 1971, p. 3 apud COHEN & FRANCO, 1999, p. 73). No que tange às políticas públicas, segundo Cohen e Franco (1999), essa avaliação quando é de processo, de resultado ou de impacto deve ocorrer enquanto a ação está em sua fase de implementação, possibilitando uma reprogramação de sua execução. Já a avaliação terminal objetiva extrair dessa experiência conhecimentos para serem aplicados em projetos análogos (idem, p. 74).

Segundo esses autores, existe uma diferença entre a avaliação e a pesquisa avaliativa científica. Para eles, esta última intenciona ampliar ou aprofundar o conhecimento com o intuito de transformar a realidade, enquanto que a avaliação, propriamente dita, prioriza a racionalidade no processo de execução das políticas públicas, com a escolha da alternativa mais adequada e viável, promovendo uma melhor aplicação dos recursos disponíveis, além de identificar o impacto da aplicação dessas ações.

Ao optar por essa perspectiva, concluímos que, ao avaliar uma política pública tendo como eixo central a avaliação de seu impacto na educação brasileira, ainda que em seu processo de execução, utilizando metodologias próprias da pesquisa científica, está se realizando uma pesquisa avaliativa a qual está intimamente relacionada ao processo de avaliação dessas políticas. Entretanto, não se trata de uma avaliação, em sua essência.

No que se refere à pesquisa avaliativa acerca da aplicação da Lei 10.639/2003, o método da triangulação pode ser bastante viável e seus resultados enriquecedores, uma vez que, por meio desse método, atores de diversos segmentos do processo são ouvidos, tendo assim a oportunidade de expressar suas opiniões.

Essa avaliação é classificada por Guba & Lincoln (1989, apud ALMEIDA, 2006) como de quarta geração, sendo a primeira, aquela que é marcada pela mensuração, a segunda que se caracteriza pela descrição e a terceira que se refere ao julgamento. Para esses autores, a avaliação de quarta geração supre as deficiências das anteriores e permite uma abordagem que privilegia o processo sociopolítico, colaborativo, compartilhado e construtivista.

3. AS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

Ainda refletindo sobre políticas públicas, é necessário perceber como o poder público, especificamente na área da educação, vem atuando para inserir as tecnologias nas salas de aulas. Vejamos, agora, como esse processo ocorreu e de que forma a TV Anísio Teixeira entra no cenário do audiovisual baiano, como produtora de conteúdo pedagógico.

É necessário que se perceba que o surgimento e avanço das novas tecnologias da informação e da comunicação, segundo Castells (2001), promoveram uma revolução atual, em dimensões semelhantes à provocada pelas fontes de energia na época das revoluções industriais.

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre inovação e seu uso (CASTELLS, 2001, p. 69).

As tecnologias aliadas ao processo educativo podem trazer benefícios tanto para a educação, como para a compreensão da relevância do papel do cidadão em seu grupo social. Gomes afirma que a internet constitui-se num espaço fértil para os fóruns públicos de diversas naturezas, embora existam limitações (falta de computador, conexões lentas e exclusão digital, por exemplo) para a utilização desse recurso, “tecnologias tornam a participação na esfera política mais confortável e acessível, mas não a garantem” (GOMES, 2005, p. 221).

Sobre a televisão no ambiente escolar, destacamos a reflexão de Napolitano (2002). Para ele, a partir dos anos 50, o fenômeno da televisão como meio e linguagem passou a despertar interesse teórico e apresenta ideias de alguns estudiosos, principalmente Marshall McLuhan, em 1954. Napolitano (2002) afirma que os novos meios, inclusive a televisão,

fazia parte da “cultura da oralidade”, substituindo a “cultura do livro”; mas Macluhan, segundo ele, não encarava essa sucessão, necessariamente, como uma decadência.

Napolitano (2002) apresenta a opinião de grandes autores, que foram contrários à inserção da televisão na nossa cultura. Assim, ele cita Humberto Eco que considerava três elementos na análise da TV: intenções do remetente, as estruturas comunicacionais e as reações de receptor; sinalizando que a percepção do mundo, via imagem televisual, tende à hipertrofia. Napolitano (2002) diz, também, que a tradição sociológica da Escola de Frankfurt, na década de 60, analisava os meios de comunicação e as mercadorias culturais como expressões de certa decadência cultural, os quais refletem as ideias capitalistas (NAPOLITANO, 2002, p. 39).

TV Escola, TV Paulo Freire e TV Anísio Teixeira (tema dessa pesquisa) são exemplos de veículos de comunicação que apresentam, em sua missão, a concepção de produtos audiovisuais educativos e direcionados à comunidade escolar, inclusive, objetivando proporcionar material que viabilize a formação de professores. Essas iniciativas modificam a concepção da televisão, não privilegiando apenas seu caráter mercadológico.

Partindo do pressuposto de que muitos dos quadros do programa *Almanaque Viramundo* enquadram-se numa linguagem mais documental e cinematográfica, acreditamos na pertinência de discorreremos acerca da relação entre cinema e educação, o que Fresquet (2013) denomina de “pontes e caminhos entre a realidade e a imaginação” [10]. Para essa autora, “o real e o ficcional, a realidade e a fantasia são extremos de um caminho pelo qual cinema e educação transitam e, eventualmente, se encontram” (FRESQUET, 2013 p. 29). Ela recorre aos estudos do russo Lev Vygotsky (1896 - 1934) a fim de dialogar com esse trânsito entre o real e a fantasia. A partir dessa relação, a escola pode possibilitar aos seus educandos uma melhor compreensão do seu mundo, ao vislumbrar, através de recursos imagéticos, contextos completamente distintos daqueles nos quais eles vivem.

Baseada nas quatro formas de relacionar a imaginação com a realidade, Fresquet (2013) quer provar que são elas “quatro grandes pontes onde é possível transitar aproximando questões comuns ao cinema e à educação” (FRESQUET, 2013, p. 38). O papel do professor como mediador seria aquele outro que agiria na zona do desenvolvimento imediato, promovendo um novo conhecimento.

A partir dessas concepções, podemos transcender e acreditar que os quadros do Almanaque Viramundo, que possuem estéticas próprias do cinema, através da linguagem documental, como o Bahia Assim, Artefatos, Anônimos e Superação, podem ser utilizados, em sala de aula, pelos professores, enfocando essa relação entre fantasia e realidade, ou seja, a aprendizagem por meio da arte, privilegiando a ludicidade.

4. ALMANAQUE VIRAMUNDO

A TV Anísio Teixeira surge, através da Portaria Nº 9.004/08, publicada no Diário Oficial do Estado em 20 de agosto de 2008, como parte integrante da Rede Anísio Teixeira, que se constitui num Programa de Difusão de Linguagens e Tecnologias da Comunicação, integrando projetos de rádio web, Portal da Educação, Informes IAT, além da própria TV Anísio Teixeira.

Segundo documento oficial da Secretaria da Educação, a TV Anísio Teixeira é formada por uma equipe de 19 educadores, os quais foram selecionados, exclusivamente, para o projeto, por meio de edital. Esse grupo de professores é responsável pelo desenvolvimento da proposta estético-pedagógica de cada série e programa.

No período correspondente aos anos de 2009 a 2012, a TV AT (como também é chamada a TV Anísio Teixeira) produziu 30 séries de televisão, entre elas, programas, interprogramas e reportagens especiais que compõem a grade de programação. Toda essa produção ainda está sendo exibida pela TVE – Bahia, tanto no canal analógico, como no digital. Os produtos da TV AT possuem licença livre, *Creative Commons*, o que possibilita que qualquer pessoa possa utilizá-los e baixá-los (fazendo *download*) sem nenhum custo.

Os programas *Almanaque Viramundo*, revista eletrônica e Máquina de Democracia, jornalismo especializado em Educação, Ciência e Cultura, são as experiências piloto da equipe, sendo os primeiros a serem lançados, em novembro de 2009.

De acordo com o professor Armando Alexandre Castro, coordenador pedagógico das oito primeiras edições, o *Almanaque Viramundo* é uma revista eletrônica que procura “inovar a partir da experimentação estética, apresentando curiosidades ligadas às disciplinas escolares, perfis, depoimentos, informações e dados da educação e dos movimentos culturais da Bahia” (CASTRO, 2010, p. 01). Ele acrescenta, ainda, que “o programa colabora com a ampliação da

noção de espaço educativo, conhecimento e saberes, inter-relacionando formas e conteúdos de diferentes disciplinas” (idem, 2010, p. 01).

A série possui 12 edições, de 26 minutos, em cada uma alternam-se 10 quadros que possuem formatos e duração variada. Podem apresentar-se sob a forma de documentários de curta metragem ou curtadoc, com 4 a 6 minutos, entrevistas, enquetes ou pílulas (peças pequenas). As oito primeiras edições foram apresentadas pelo ator baiano Marcelo Praddo, já as quatro finais, pelo educador da Rede Anísio Teixeira, Geraldo Seara, sob a direção de Harrison Araújo.

5. METODOLOGIA

A abordagem metodológica assumida nessa pesquisa enquadra-se como qualitativa. Melucci (2005) salienta que, ao se optar por uma pesquisa qualitativa, é importante reconhecer que ela irá debruçar-se em práticas sociais que se configuram também como práticas de pesquisa que apresentam, crescentemente, “informações relativas aos modos nos quais a ação social se define, se constrói. Num processo circular, através destas informações nós mesmos definimos e construímos a nossa ação” (MELUCCI, 2005, p. 27). E essa ação foi realizada por meio de:

- Pesquisa bibliográfica e documental;
- Análise do discurso, com base em fundamentos linguísticos teorizados por Mikhail Bakhtin e Michel Foucault, de seis quadros das doze edições do programa *Almanaque Viramundo*, da TV Anísio Teixeira;
- Grupo focal com a comunidade escolar do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior.

Os quadros, do *Almanaque Viramundo*, analisados foram os seguintes: Edição 3: Bahia Assim – Liberdade; Edição 5: Entrevista – João José Reis; Edição 6: Entrevista – Luislinda Valois; Artefatos – Escultura “Grande Pássaro Mãe”, de Mestre Didi. Edição 9: Entrevista – Goli Guerreiro; Edição 10: Artefatos – Documentário: Pierre Verger, mensageiros entre dois mundos, de Lula Buarque de Holanda.

No grupo focal, a amostra obedeceu a certos critérios, a saber: os voluntários deviam ter sido expostos aos quadros analisados, nessa pesquisa; o estudante devia cursar o Ensino

Médio; enquanto que os professores participantes deveriam lecionar disciplinas chave (História, Literatura ou Arte), também foi importante considerar a diversidade étnica e de gênero.

6. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Após analisar os seis quadros, do *Almanaque Viramundo*, que possuem uma relação direta com as exigências da Lei 10.639/2003, podemos considerar alguns pontos observados no estudo desse material audiovisual.

Sendo assim, no que se refere à abordagem do conteúdo, entendemos que existiu uma predominância dos temas que envolvem a história e cultura afro-brasileira e, principalmente, afro-baiana, ou seja, tratou-se muito pouco de assuntos correspondentes à África, propriamente dita. Falou-se da relação África – Brasil, entretanto a discussão ficou restrita ao nosso país. Ficou evidente o cuidado dos educadores da TV AT em transmitir informações atualizadas e que demonstrassem credibilidade, por isso a escolha de especialistas que dissertaram sobre as questões propostas de forma segura e contextualizada. O uso das técnicas do audiovisual como enquadramentos, movimentos de câmera e trilhas sonoras foram utilizados, de maneira consciente, para reforçar a mensagem que se queria comunicar. Toda essa preocupação expressou a intencionalidade do discurso, a partir dos determinantes sinalizados por Bakhtin [13]: o dialogismo, a polifonia, a heterogeneidade, a interdiscursividade e a polissemia, identificados, em cada peça.

Acerca da contextualização, verificamos que a opção de mostrar situações que abordassem o cenário histórico, social, artístico e cultural afro-baiano foi uma estratégia que teve como objetivo alcançar essa meta, uma vez que aproximou o tema discutido à realidade do estudante e do professor. Assim, o bairro da Liberdade, apresentado no quadro Bahia Assim, possui características próprias, mas que dialogam com peculiaridades de outros bairros periféricos de Salvador, como trabalhos sociais por meio da arte-educação, a preferência por certos ritmos musicais, as formas de diversão e lazer, por exemplo. A jurista Luislinda Valois, em sua exposição, mostrou-se como alguém que, apesar dos percalços, conseguiu galgar um espaço privilegiado na sociedade, e aproveitou-se dessa condição para lutar por uma vida melhor e mais digna para a população “pobre, preta e periférica” da Bahia. Apenas o

documentário Pierre Verger, o mensageiro entre dois mundos não é uma produção baiana, porém apresentou como protagonista o fotógrafo francês que escolheu a Bahia para passar o resto da sua vida, incorporando a cultura afro-brasileira e fazendo uma ponte com a África, devido aos conhecimentos adquiridos em diversas viagens a esse continente. Além disso, a proximidade também ocorreu quando se escolheu ouvir pessoas que fazem parte do cenário cultural baiano, como o produtor de audiovisual Bruno Saphira e, o já falecido, crítico de cinema João Carlos Sampaio. Sobre os depoentes, é relevante destacar que a presença de professores da escola pública, como Janice Nicolin e Rita Ramos, nessas sonoridades também constituiu em um fator que aproxima essas peças do seu público alvo, a comunidade escolar. Esse aspecto tende a valorizar esses educadores e mostrar para a sociedade em geral a qualidade dos profissionais que atuam na educação pública do Estado.

Tomando como base os ensinamentos de Vygotsky e considerando a linguagem, efetivamente, como um dos principais mediadores na relação homem e mundo, acreditamos que esses recursos audiovisuais são instrumentos eficientes para serem utilizados em sala de aula pelos professores. Eles podem ser usados como disparadores e fomentadores de discussões, desenvolvendo a autonomia do estudante, assim como dos próprios educadores, pois, no ato educativo, todos ensinam e todos aprendem.

Entendendo o discurso como polissêmico, as mensagens ali transmitidas podem e devem promover uma reflexão e uma discussão. Esse processo, realizado de forma responsável e comprometida com o ensino e a aprendizagem, resulta no desenvolvimento da capacidade crítica de todos os envolvidos. Não existe verdade absoluta nessas peças audiovisuais, ainda que educativas, e nem o intuito de dar conta de todo um conteúdo programático, mas sim de despertar o interesse dos professores e alunos em refletir, discutir, pesquisar acerca desses assuntos. Partindo desse pressuposto, a entrevista do professor João José Reis passa a ser um excelente pretexto para se buscar mais informações acerca da escravidão no Brasil, as formas de resistências dos negros escravizados, como os quilombos e as diversas revoltas.

O último aspecto analisado diz respeito à interatividade. Nos quadros estudados, não existem, explicitamente, mecanismos que forneçam essa interação entre o espectador e os produtores da informação. Entretanto, na apresentação completa do programa Almanaque Viramundo, os apresentadores, Marcelo Praddo e Geraldo Seara, fazem referência ao Portal

do Educador Baiano (www.iat.educacao.ba.gov.br), que, na época, era específico do Instituto Anísio Teixeira, porém nele não havia um local onde se pudesse registrar algum comentário, enviar críticas ou sugestões. Desta forma, esse quesito não foi contemplado nas peças analisadas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, por meio dessa pesquisa, que a Lei 10.639/2003 foi uma conquista para os movimentos sociais, em especial, para a militância negra. Entretanto, seu cumprimento ainda depende de muito esforço e mobilização por parte do poder público e da gestão das escolas. O poder público no que se refere à formação inicial e continuada dos educadores, assim como na elaboração de material didático específico; e da gestão escolar na constituição de uma estrutura pedagógica que dê conta dessa exigência, desde a elaboração ou reestruturação do PPP, até encontros com pais e comunidade para tratar de temas como diversidades e combate aos preconceitos.

Nas análises dos discursos dos seis quadros, percebeu-se a utilização da polifonia, da heterogeneidade mostrada, comprovando o caráter dialógico dos mesmos. A intencionalidade também ficou evidente, a partir da seleção das fontes entrevistadas, da edição das falas dos depoimentos e da opção de recursos técnicos, como enquadramento, posicionamento e movimentação de câmera, além da escolha da trilha sonora. Comprovaram-se as teorias relacionadas à linguística de que todo discurso é intencional, polifônico e heterogêneo.

No grupo focal, ficou evidente o desconhecimento dos participantes acerca do texto da Lei. Eles consideraram a legislação pertinente, mas admitiram que não há um debate permanente sobre ela nos colégios. Também sinalizaram algumas atividades que já ocorreram no Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior que objetivavam fazer a relação entre África e Brasil, ainda que frágeis e descontínuas. Os participantes também foram conscientes ao entender que a diversidade e o preconceito religioso são grandes desafios para o cumprimento da Lei 10.693/2003, assim como o racismo, que ainda está enraizado em nossa sociedade, segundo eles.

Já sobre o programa da TV AT analisado, inferimos que se trata de um recurso educativo muito útil à prática pedagógica. No que se refere à Lei 10.639/2003, porém, poderia

ter incluído mais temas relacionados a essa legislação, uma vez que a escassez de material didático nessa área ainda é muito perceptível. Ainda que em pequena escala, os quadros os quais trazem discussões que versam sobre questões da história e cultura afro-brasileiras foram muito bem aceitos pelos representantes da comunidade escolar do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, isso os tornam recursos eficientes para a utilização em sala de aula, no cumprimento da Lei. Outro detalhe importante é o fato de que, nas peças analisadas, não haver um recurso que possibilite a interatividade. Essa carência é grave, pois as tecnologias educacionais devem primar pela interação, através de um canal aberto entre quem produz e aquele que recebe a mensagem.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, V. de P. **Avaliação de Programas Sociais: De Mensuração de Resultados para uma abordagem Construtivista. Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 1, n. 2, São João del-Rei, dez. 2006.

BAHIA, **Balanco de Ações do Instituto Anísio Teixeira – 3 anos de gestão – Janeiro de 2007 a Dezembro de 2009**. Secretaria da Educação. Instituto Anísio Teixeira. Salvador, 2010.

BAKHTIN, M. **Estética de la Criacion Verbal**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1985.

CASTELLS, M. **A revolução da tecnologia da informação**. In: *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTRO, A. A. **Próxima Atração: Almanaque Viramundo!** Blog Educadores da TV Anísio Teixeira. Salvador, 2010. Disponível em: < <http://educadores-tvat.blogspot.com.br/2010/03/proxima-atracao-almanaque-viramundo.html> > Acesso: Fev. 2014.

COHEN, E. e FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FRESQUET, A. **Cinema e Educação – Reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e “fora” da escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

GOMES, W. **Internet e Participação Política em Sociedades Democráticas**. Revista Famecos, nº 27, Porto Alegre, agosto 2005..

MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva – pesquisa qualitativa e cultural**. Trad.: Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.



Direitos Humanos, Ética e Dignidade

18 a 24 de outubro de 2015

MUNANGA, K. (org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NAPOLITANO, M. **Como Usar a Televisão em Sala de Aula**. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

SARAIVA, E. **Introdução à teoria da política pública**. In: SARAIVA, E. e FERRAREZI, E. (orgs). *Políticas Públicas*. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=858>. Acesso: Fev. 2012.

VARGAS, C. S. **Las políticas públicas: nueva perspectiva de análise**. In UNIVERSITAS, n. 83, nov. 1992.